

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

SENHORES COTISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Pan Consórcio") é uma empresa controlada pelo Banco Pan S.A. ("Banco"), que detém 79,0% de seu capital total, e pela Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Pan Leasing"), que detém 21,0% de seu capital total. A Pan Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No exercício de 2014, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 14,3 milhões, 18,0% menor do que o exercício de 2013. O resultado bruto da Pan Consórcio foi de R\$ 2,0 milhões em 2014, comparado a R\$ 2,1 milhões em 2013, o que representa uma queda de 4,4%. A Pan Consórcio apresentou, em 2014, um prejuízo de R\$ 1,9 milhões, comparável a um lucro líquido de R\$ 0,3 milhões em 2013. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 atingiu R\$ 17,1 milhões, com redução de 10,0% em relação ao exercício do ano anterior.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381,

no exercício de 2014 a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Ativo	Nota explicativa	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013		Passivo	Nota explicativa	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013	
		31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013
Circulante		16.005	6.679	Circulante		11.619	14.196
Disponibilidades		13	6	Outras obrigações		11.619	14.196
Títulos e valores mobiliários		11.317	—	Obrigações com grupos de consórcio		10.730	11.023
Carteira própria	4	11.317	—	Sociais e estatutárias	6.a	—	12
Outros créditos		4.675	6.673	Fiscais e previdenciárias	6.a	251	983
Diversos	5.b	4.675	6.673	Diversas	6.b	638	2.178
Realizável a Longo Prazo		25.331	39.697	Exigível a Longo Prazo		12.751	13.307
Títulos e valores mobiliários		7.614	23.401	Outras obrigações		12.751	13.307
Carteira própria	4	7.614	23.401	Obrigações com grupos de consórcio	6.c	724	4.799
Outros créditos		17.717	16.296	Fiscais e previdenciárias	6.a	—	675
Créditos específicos	5.a	724	4.799	Diversas	6.b	12.027	7.833
Diversos	5.b	16.993	11.497	Patrimônio Líquido		17.085	18.983
Permanente		119	110	Capital realizado		12.388	12.388
Intangível		119	110	De domiciliados no País	8	12.388	12.388
Ativos intangíveis		613	568	Reserva de capital		1	1
(-) Amortizações acumuladas		(494)	(455)	Reserva de lucros		4.696	6.594
Total do Ativo		41.455	46.486	Total do Passivo		41.455	46.486

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PARA O 2º SEMESTRE DE 2014 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Saldos em 31 de Dezembro de 2012	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízo acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
Lucro líquido	12.388	—	336	—	6.020	18.745
Destinações:					250	250
Reserva legal	—	—	13	—	(13)	—
Reservas especiais de lucros	—	—	—	6.245	(6.245)	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	(12)	(12)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	12.388	1	349	6.245	—	18.983
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	12.388	1	349	6.245	(1.898)	17.085
Destinações:					1.898	1.898
Absorção de prejuízos	—	—	—	(1.898)	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	12.388	1	349	4.347	—	17.085
Saldos em 30 de Junho de 2014	12.388	1	349	5.942	(1.595)	18.680
Prejuízo	—	—	—	—	(1.595)	(1.595)
Destinações:					1.595	1.595
Absorção de prejuízos	—	—	—	(1.595)	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	12.388	1	349	4.347	—	17.085

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Ativo	Nota explicativa	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013		Passivo	Nota explicativa	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013	
		31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante		145.547	138.732	Passivo Circulante		145.547	138.732
Disponibilidades		186	1	Obrigações com consorciados		21.711	19.051
Depósitos bancários		186	1	Valores a repassar		9.853	9.669
Aplicações financeiras	20	79.914	76.449	Obrigações por contemplações a entregar		55.694	52.987
Outros créditos		65.447	62.282	Obrigações com a administradora		100	—
Bens retornados ou devolvidos		—	56	Recursos a devolver a consorciados		47.191	47.482
Direitos junto a consorciados contemplados		65.447	62.226	Recursos dos grupos		10.998	9.543
Normais		64.319	60.910	Compensação		530.745	535.536
Em atraso		1.027	1.179	Recursos mensais a receber de consorciados		2.058	2.177
Em cobrança judicial		101	137	Recursos do grupo por contribuições		288.761	293.026
Compensação		530.745	535.536	Bens a contemplar		239.926	240.333
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		2.058	2.177	Total do Passivo e Compensação		676.292	674.268
Contribuições devidas ao grupo		288.761	293.026				
Valor dos bens a contemplar		239.926	240.333				
Total do Ativo e Compensação		676.292	674.268				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora") é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco Pan, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e operacionais do Banco Pan. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme prática, por meio de rateio entre as instituições.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de auditoria contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 09/02/2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

b) Apreciação do resultado: As despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aqueles de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados. As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração ou razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e o compromisso financeiro para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Provisão para perdas: A provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio está constituída 100% sobre o total dos empréstimos efetuados aos grupos de computadores.

e) Imobilizado: Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

f) Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear em 5 anos.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo): Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Obrigações: As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual a do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio".

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias): O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

k) Lucro por cota: O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

l) Uso de estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Eventos subsequentes: Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

(ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel/lastro da operação	31/12/2014		31/12/2013	
	Até 12 De 1 a meses 3 anos	Valor atualizado (a)	Valor atualizado (b)	Valor atualizado (b)
Títulos disponíveis para venda				
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	1	7.614	7.615	7.615
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.316	—	11.316	—
Total	11.317	7.614	18.931	23.401

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI.

(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5) OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos específicos

	31/12/2014	31/12/2013
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	538	4.487
Bens retornados após encerramento	186	312
Total (a)	724	4.799

(a) Nota 6.c

b) Diversos

	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos e bloqueios judiciais	12.462	10.572
Créditos tributários (Nota 15)	4.540	3.144
Impostos a compensar	4.015	3.988
Empréstimos a grupos de consórcio (a)	585	485
Provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio (b)	(485)	(485)
Cotas de grupos de consórcio (c)	219	141
Taxa de administração a receber	35	42
Outros créditos	297	283
Total	21.668	18.170

(a) Referem-se a empréstimos efetuados aos grupos de consórcio para encerramento destes no período de 12/2004 a 02/2014. Esses valores serão devolvidos à Administradora à medida que forem recebidos os valores pendentes de cobrança;

(b) Referem-se à provisão para perda de empréstimos efetuados aos grupos de computadores; e

(c) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

6) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2014	31/12/2013
COFINS a recolher	100	64
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	61	787
Impostos contribuições sobre salários	29	31
ISS - Impostos sobre serviços a recolher	26	17
PIS a recolher	22	14
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	13	7
Parcelamento Refis - Lei nº 11.941		

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2013		Realização 31/12/2014		Saldo em 31/12/2014	
Provisão para contingências cíveis	1.791	1.567	(712)		2.646	
Provisão para contingências trabalhistas	1.241	1.255	(684)		1.812	
Provisão para contingências tributárias	68		(1)		68	
Outras provisões	44	21	(51)		14	
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.144	2.844	(1.448)		4.540	

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Diferenças temporárias		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	2.484	-	2.484
2015	2.438	398	2.438	398
2016	1.726	208	1.726	208
2017	308	2	308	2
2018	1	3	1	3
2019	3	24	3	24
2020	64	25	64	25
Total	4.540	3.144	4.540	3.144

Em 31/12/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 3.752 (R\$ 2.475 em 31/12/2013).

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Banco Pan S.A.				
Depósitos bancários	11	6	-	-
Títulos e valores mobiliários - CDBs	7.615	23.401	1.721	2.091
Títulos e valores mobiliários - LFTs	11.316	-	278	-
Valores a pagar de sociedades ligadas	-	(18)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.				
Dividendos propostos	-	(3)	-	-
Pan Seguros S.A.				
Dividendos propostos	-	(9)	-	-
Valores a pagar de sociedades ligadas	-	(4)	(2)	(2)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.				
Valores a pagar de sociedades ligadas	(17)	(4)	(34)	(21)
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.				
Valores a pagar de sociedades ligadas	(5)	(47)	(97)	(124)

17) LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Conforme Resolução CMN nº 4.193/13 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), definido pela Resolução CMN nº 4.192/13, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Financeiro do Banco PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 31/12/2014 o Conglomerado Banco PAN apresentou o Índice de Basileia de 18,69%.

O Banco PAN realiza a mensuração do capital regulatório a partir dos modelos padronizados definidos pelo CMN e BACEN. Os limites operacionais são apurados mensalmente e o capital é comparado com a exigência decorrente das exposições aos riscos de mercado, relacionado à ponderação de ativos (risco de crédito, entre outros), operacional e de taxas de juros da carteira de não-negociação.

Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basileia III), o BACEN publicou, em 2013, as Circulares nºs 3.644, 3.641, 3.634 a 3.639, 3.640 e 3.464, que definem, respectivamente, as metodologias de cálculo das parcelas de capital necessárias para os Riscos de Crédito, Cambio, Mercado, Operacional e Risco das operações sujeitas a variação de preços e taxas de juros classificadas na carteira de não-negociação. As aplicações das normas descritas ocorreram a partir de outubro de 2013 e, substituindo a Resolução nº 3.490/07 e Circulares associadas que vigoraram até 30/09/2013.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Em 31/12/2014 e 31/12/2013, a Administradora não possui operação em aberto com instrumentos financeiros derivativos.
- No exercício findo em 31/12/2014 não foram provisionadas remunerações aos administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 25/03/2014 foi definido o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 3.500.
- O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logísticos, com prazo de amortização de 5 anos, no montante de R\$ 119 (R\$ 110 em 31/12/2013).
- Obrigações sociais e estatutárias refere-se em 2013 a dividendos a pagar, no montante de R\$12.

19) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.

b) Rendimentos de aplicações financeiras:

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

c) Direitos junto a consorciados contemplados:

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

d) Obrigações com consorciados:

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

e) Valores a repassar:

Os valores a repassar referem-se a taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

f) Recursos a devolver a consorciados:

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela SELIC.

g) Previsão mensal de recursos a receber:

A conta de compensação "Previsão mensal de recursos a receber" representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

h) Contribuições devidas ao grupo:

A conta de compensação "Contribuições devidas ao grupo" representa a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar:

A conta de compensação "Valor dos bens a contemplar" representa o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados:

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 25,2% (19,4% em 2013).

k) Recursos utilizados:

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

l) Informações complementares sobre os grupos em andamento:

	Quantidade	
	31/12/2014	31/12/2013
Grupos administrados	23	18
Consorticiados ativos	5.686	4.077
Grupos constituídos no exercício	8	-
Grupos encerrados no exercício	3	3
Consorticiados contemplados	2.059	2.479
Consorticiados desistentes e excluídos - total	31.087	31.935
Consorticiados desistentes e excluídos no exercício	2.693	1.924
Consorticiados inadimplentes	1.490	319
Bens entregues no exercício	256	328
Bens pendentes de entrega - total	588	614
Bens pendentes de entrega no exercício	236	239
Taxa média de inadimplência dos consorciados (a)	26,2%	7,8%

20) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - GRUPOS DE CONSÓRCIO

	31/12/2014		31/12/2013	
	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	79.726	188	79.914	76.449
Total	79.726	188	79.914	76.449

DIRETORIA

José Luiz Acar Pedro
Paulo Alexandre da Graça Cunha

Leandro de Azambuja Micotti
Eduardo Nogueira Domeque

José Luiz Trevisan Ribeiro
Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado
Alex Sander Moreira Gonçalves

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e as variações nas disponibilidades de grupo de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0